

RESTAURAÇÃO CATÓLICA NO SUL DO BRASIL

Arthur B. Rambo*

RESUMO

O cenário histórico que começou a ser desenhado pelas novas correntes do pensamento como o iluminismo, o enciclopedismo, o liberalismo, o racionalismo, o socialismo e outras, a partir do século dezoito, colocou a Igreja Católica diante de um desafio gigantesco. As monarquias de direito divino, os regimes de cristandade e de padroado vão dando lugar aos estados laicos que, ou prescindem da Igreja, ou a ignoram, ou a hostilizam, ou a combatem abertamente. A resposta da Igreja foi a implantação do Projeto da Restauração Católica. O Projeto resume-se essencialmente no retorno da Igreja à doutrina, à prática e à disciplina do Concílio de Trento sob o comando único de Roma e do Romano Pontífice. As estratégias para implantá-lo vão desde a rejeição ao governo laico na França (ultramontanismo), o combate ao *Kulturkampf* na Alemanha que resultou na expulsão dos jesuítas desse país, como os agentes mais ativos da Restauração Católica, até uma coexistência produtiva, com o Estado laico, como foi o projeto de Restauração Católica do cardeal Sebastião Leme para o Brasil. A implantação do Projeto da Restauração Católica no Brasil, de modo especial no Sul, teve como agentes mais marcantes os bispos da Arquidiocese de Porto Alegre, desde 1848, com seus titulares: D. Sebastião Dias Laranjeira, D. Cláudio Ponce de Leão, D. João Becker e D. Vicente Scherer. Uma dezena de ordens e congregações religiosas, com destaque para os jesuítas, foram os agentes decisivos para o projeto.

Palavras-chave: restauração católica, Igreja no Brasil, catolicismo no Brasil.

ABSTRACT

The historical context that began to be defined by new trends of thought, such as the Enlightenment, Encyclopedism, Liberalism, Rationalism, Socialism and others, since the eighteenth century, offered the Church

* Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo-RS, Brasil.

great challenges. Monarchies by divine right, Christendom, and padroado systems little by little are being replaced by laic states that either dispense with the Church or they ignore it, or present themselves openly hostile to it. The Church's response to this state of affairs was the implementation of the Catholic Restoration Project. Essentially, it can be summed up as the Church's return to the doctrine, practices and discipline by the Council of Trent under the sole management of Rome and the Roman Pope. Strategies to establish it span throughout the years and they go from the rejection of the laic government in France (Ultramontanism), the expulsion of the Jesuits from Germany, as the most active agents for Catholic Restoration, and even to a productive coexistence with the laic State, such as the Project of Catholic Restoration Project of Cardinal Sebastião Leme, in Brazil. The implementation of the Project of Catholic Restoration in Brazil, especially in the South, had as its most remarkable agents in the Bishops of the Archdiocese of Porto Alegre, since 1848, namely: D. Sebastião Dias Laranjeira, D. Cláudio Ponce de Leão, D. João Becker and D. Vicente Scherer. Several religious orders and congregations, especially the Jesuits, were the decisive agents of the Project.

Key-words: catholic restoration, Church in Brazil, catholicism in Brazil.

O contexto histórico

Para entendermos convenientemente o que foi a Restauração Católica para a Igreja, em primeiro lugar, e por extensão para o mundo ocidental, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, é preciso situá-la no contexto histórico da época. A Igreja Católica como qualquer outra instituição reage como uma caixa de ressonância aos ecos das mudanças históricas. Afinal, no plano de sua organização temporal, ela é sensível, como qualquer outra, às mudanças de rumo dos ventos da história. Mais profundos ou mais superficiais terminam influenciando na condução do governo da Igreja, nas formulações doutrinárias, nos rituais litúrgicos e nas regras disciplinares.

O final do século XVIII, e principalmente a primeira metade do século XIX, compreende um espaço na história em que se gestaram trans-

formações radicais que terminaram por moldar a fisionomia do mundo até os nossos dias. Quais seriam os principais componentes desse processo? Sem querer estabelecer uma priorização objetiva, é possível identificar uma série deles.

A revolução do pensamento que teve a sua expressão máxima na ilustração, no iluminismo, no enciclopedismo, no racionalismo, no liberalismo, no evolucionismo, no socialismo, foi sem dúvida um dos componentes mais decisivos. A Revolução Francesa implantaria na França os resultados práticos dessa reviravolta, derrubando a monarquia e executando a família real na guilhotina. Mais tarde, Napoleão se encarregaria de difundir, com o avanço dos seus exércitos, as novas idéias pela Europa toda. O velho paradigma de organização com um monarca absoluto no topo e o povo a seus pés chegara ao fim. E com ele se encerrara a era em que o rei, o imperador, além de encarnar e exercer o poder civil, por bem ou por mal, representava também o poder espiritual. A coroação dos reis franceses em meio à pompa litúrgica na catedral de Reims mergulhava a figura do rei numa aura de sacralidade. Colocava-o no Olimpo dos deuses distantes, intocáveis, soberanos, investidos de uma autoridade incontestada, legitimando inclusive o autoritarismo despótico. A multidão correndo pelas ruas de Paris, respondeu a essa concepção com o clamor pela “liberdade, igualdade e fraternidade”, ao mesmo tempo em que aplaudia ruidosamente o final da monarquia.

Os anos finais do século dezoito marcaram o início do fim dos tempos em que a Igreja e o “Império”, de mãos dadas, aliados no mesmo objetivo, mantinham sob tutela rígida os negócios temporais e os negócios espirituais. A auto-coroação de Napoleão pode ser interpretada como um episódio de transição nessa dinâmica de transformação. A autoridade laica começava a rejeitar a legitimação eclesiástica e credenciava-se a si mesma. O monarca mantinha o título, o cetro e a coroa, não mais outorgados pela autoridade da Igreja em nome de Deus, mas pela autoridade que ele mesmo conquistou. A autoridade da Coroa Imperial prescindia, daqui para frente, da chancela da tiara de Roma. A autoridade sobre a sociedade civil já não emanava da autoridade divina tornada visível e palpável via Igreja. Foi credenciada pela conquista pessoal do monarca ou do mandatário ou outorgada pela vontade e pela escolha do povo.

O processo posto em movimento resultou num outro fenômeno de grande importância: uma radical transformação na maneira de conceber o pertencimento do indivíduo ao corpo social. Até aí a pessoa nascia num

determinado contexto e por isso mesmo passava a integrá-lo, sem que se lhe oferecesse oportunidade de, por livre escolha, seguir outro caminho. O contexto marcava o espaço em que a pessoa necessariamente tinha que se movimentar. Estabelecia limites para a sua visão do mundo, do homem, do ideário ideológico, social, econômico e também e de modo especial do religioso. É neste último aspecto que o fato se torna mais visível. Nasceu-se numa sociedade cristã e por isso mesmo era-se cristão. Não havia o mínimo espaço para uma escolha livre fora destes parâmetros. Como consequência, vivia-se numa sociedade em que desde os membros situados no topo da hierarquia até os mais ínfimos tinham sua presença e sua função legitimadas pela sacralidade.

A condução da sociedade transformara-se, desta maneira, num assunto de natureza sacra. O gerenciamento da economia, a condução da sociedade, o fomento à arte e à ciência... implicavam em preocupações de natureza religiosa. Era a Igreja, por exemplo, que determinava a taxa máxima de juros que podiam ser cobrados. Mandava então a lógica que também as autoridades civis não fossem propriamente laicas. Elas administravam o lado aparentemente material de suas sociedades, já que a materialidade era de fato apenas aparente, pois, inseria-se existencialmente numa civilização que na sua essência era religiosa. Concluía-se, daí, que as autoridades civis necessitavam da investidura religiosa para legitimar suas funções. Deduzia-se dessa situação, também, que todo o poder sobre a sociedade civil emanava de Deus. O poder era por Ele outorgado ao governante e não pela vontade do povo. Neste caso, é legítimo perguntar em que consistia a diferença efetiva entre um príncipe da igreja e um príncipe laico governando um povo? As fronteiras entre esses dois mundos se diluíam e terminavam por se apagar. É nisto que consiste o Regime de Cristandade.

Nos casos extremos do regime de concordata e mais ainda no regime de padroado, a autoridade laica exercia também o poder sobre a administração interna da igreja. No regime de padroado o monarca ou o príncipe era também o chefe da Igreja nos territórios sob sua jurisdição. Cabia-lhe escolher e nomear bispos e párocos, regulamentar matrimônios, criar dioceses, paróquias, capelas e capelanias, legislar sobre cemitérios, vigiar a disciplina eclesiástica, cobrar dízimos. Consagrara-se o princípio de que o príncipe determinava qual a religião a ser adotada em seus territórios. No regime de concordata não cabia automaticamente à autoridade civil poder sobre a Igreja nos territórios sob sua jurisdição. Mas num acordo firmado

entre o governo civil de um país e o da Igreja estabeleciam-se os pontos e as formas em que o poder civil tinha o direito de opinar, decidir ou intervir em assuntos da Igreja.

A fisionomia pré-moderna da religião e da igreja quanto ao seu lugar, à sua organização e à sua competência na sociedade era evidentemente incompatível com os novos ventos que começaram a varrer o mundo desde a Europa, a partir da segunda metade do século dezoito. Pregava-se a liberdade como pressuposto para que a realização individual e coletiva fosse possível. A liberdade pressupunha o direito do indivíduo sobre a livre escolha de sua profissão, de seu estilo de vida, do lugar onde morar, da ideologia a seguir, da confissão religiosa a professar. Foi neste contexto, por exemplo, que se tornou corrente, adquiriu sentido e tornou-se praticável o conceito de “conversão”. Reclamava-se para o indivíduo o direito de converter-se ao protestantismo, ao calvinismo, ao catolicismo ou até converter-se ao agnosticismo, ao ateísmo, ao anticlericalismo. No regime de padroado ou no regime de cristandade “converter-se” a uma outra confissão religiosa significava, até certo ponto, abdicar ou renegar a cidadania. Não havia espaço legítimo para uma “conversão”. Em outras palavras, a pessoa era religiosa, professava uma confissão religiosa por imposição do território em que nasceu. Daqui para frente, gozava da liberdade de mudar de confissão, “converter-se”, ou declarar-se aconfessional, caso lhe conviesse, sem a ameaça de instrumentos legais que a constrangessem ou impossibilitassem a livre opção e sem que o controle do grupo a excluísse ou estigmatizasse como apóstata ou renegada.

A igualdade, outro princípio básico da nova ordem, colocava a todos os adeptos dos credos e filiações confessionais mais diversas, como detentores dos mesmos direitos e deveres básicos. Não havia mais espaço legal para a discriminação por razões de crença, de raça, de etnia, classe social ou hierarquia. “Todos são iguais perante a lei”, reza ainda hoje um dos princípios que, de alguma forma, é invocado em todas as constituições dos estados modernos.

A submissão ao monarca, a obediência cega e, muitas vezes servil, devia ceder lugar a uma sociedade aos moldes familiares. Como ideal nas relações humanas estabelecia-se o convívio fraterno, no qual a consciência das próprias obrigações, o respeito para com os outros, o reconhecimento e a aceitação das diferenças, garantiriam a atmosfera necessária para que o convívio humano pudesse prosperar.

A lógica impunha que essa reviravolta histórica removesse de vez os pressupostos que sustentavam as monarquias consideradas como de direito divino, o primado do religioso sobre o profano e o leigo, a fidelidade confessional, o sistema de padroado, o regime de cristandade. Superara-se o tempo em que “a sociedade civil e a sociedade de fiéis formavam uma única entidade, operando os chefes políticos e religiosos numa única colaboração” (AZZI, 1994, p. 7). Não havia mais lugar para um regime de união dos poderes civil e eclesiástico, a união do Estado com a Igreja e, em não poucos casos, a união entre a cruz e a espada. Muito menos cabia, neste cenário, o monarca na condição de chefe efetivo da sociedade sacral e como tal reconhecido pelas autoridades eclesiásticas. A sacralidade deixava de perpassar toda a organização social, política, econômica, artística etc., desde seus chefes até os últimos súditos, e foi obrigada a recolher-se para dentro das fronteiras do religioso e do eclesiástico propriamente dito.

Paralelamente amadureceram, nas entranhas dessas mudanças, na Europa, dois movimentos que caminharam na direção oposta: O romantismo, no plano cultural mais amplo, e a Restauração na Igreja Católica.

O romantismo clássico teve sua origem na Alemanha no final do século dezoito com os irmãos Schlegel, Tieck, Wachenrode, Novalis, Schelling, Bernhardi e outros. Alimentou-se, até certo ponto, no movimento intelectual surgido na Inglaterra para combater a ilustração e o classicismo, inspirado no naturalismo de Rousseau, nas elegias de Young e Gray e outros mais. Desembocou mais tarde no movimento conhecido como *Sturm und Drang* na Alemanha. De lá, o romantismo espalhou-se por toda a Europa. Assumiu feições próprias de acordo com as peculiaridades de cada país. Teve um desenvolvimento acentuado na Inglaterra, como atesta a literatura daquele país. Na França foi madame Staël que recorreu ao romantismo como antídoto contra o classicismo castrador da fantasia. Victor Hugo foi um dos primeiros românticos franceses. O expoente maior do romantismo italiano foi Manzoni, e Rivas do romantismo espanhol.

“O conceito poesia romântica” compreende originalmente a poética dos povos românicos da Idade Média, em oposição à poética latina. Tendo como ponto de partida o latim popular, caracterizado por importantes influências sofridas nas circunstâncias específicas em que o fenômeno se verificou. Nos últimos séculos do império romano ocorreu um distanciamento progressivo entre o latim erudito e o latim do povo. Este assimilou particularidades de pronúncia, introduziu vocábulos e expres-

sões oriundas das línguas nativas. Cada uma dessas línguas românicas exhibe as marcas específicas deixadas pelas línguas locais. Assim por exemplo, o francês assimilou elementos germânicos e alguns traços celtas, o português e o espanhol sofreu a influência árabe e o romeno mostra evidentes sinais de elementos eslavos, só para citar alguns exemplos mais conhecidos. O que, porém, mais importante do que os elementos lingüísticos formais foram as fontes históricas e culturais em que o românico se inspirou. Alimentou-se basicamente das tradições e dos valores culturais dos diversos povos assim denominados românicos. Considerando, agora, que durante a Idade Média o cristianismo europeu desenvolveu suas bases, em grande parte, em meio a esses povos, chega-se à conclusão óbvia de que ele vestiu a roupagem cultural da época e do ambiente local. Adotou o imaginário, as fontes de inspiração, os modelos arquitetônicos, a maneira de pensar, a língua e o linguajar e as formas de religiosidade e as práticas religiosas do contexto histórico e cultural peculiar de cada realidade. Compreende-se assim, sem maiores dificuldades, que a Igreja Católica seguisse o mesmo caminho de volta à Idade Média, por razões nem sempre coincidentes com o romantismo. Uma outra razão de muito peso para a Igreja Católica foi certamente a revalorização do regime monárquico do governo da Igreja e a centralização em Roma das decisões sobre doutrina, rituais e disciplina eclesiástica.

O romantismo assumiu, depois, o significado de um movimento que se opunha ao rigor das formas e das regras do classicismo em favor da expressão dos sentimentos e da liberdade de fantasia. Este movimento contrapunha a infinitude ao ideal da perfeição do classicismo, a procura do concreto, do palpável pela eterna procura do intangível, a harmonia clássica pelo caos. O objetivo final do romantismo consistia na fusão da religião, da ciência e da vida numa grande síntese: a arte. Por isso, o artista é o verdadeiro arauto dos mistérios de Deus.

O fato de os românticos se alimentarem na poética dos povos românicos da Idade Média significa, logicamente, uma revalorização de tudo aquilo que compunha o perfil característico desses povos e daquela época. Os poetas cantavam uma sociedade fortemente ancorada nas tradições, coesa em torno de sua querência natal (*Heimat*), comprometida com um príncipe e com a sua Igreja. O retorno às raízes medievais fez com que o romantismo se alimentasse exatamente daquelas fontes declaradas superadas pela

ilustração, pelo racionalismo, pelo liberalismo, pelo socialismo e demais desdobramentos do movimento desencadeado no século dezoito.

O romantismo aproxima-se da Restauração Católica no momento em que propõe como objetivo final “a fusão numa só unidade a religião, a ciência, a vida, a arte...” Na realização desta síntese final cabe ao artista o papel de “arauto dos mistérios de Deus”.

Entende-se assim, que a linguagem comum utilizada no canto religioso popular, na poética religiosa, manifesta a liberdade e a fecundidade da linguagem, característica do romantismo. Há outro componente que aproxima e encanta os dois movimentos: o fascínio por uma sociedade camponesa que cultua valores e costumes puros e ingênuos, uma fé e uma religiosidade espontânea e até infantil aos olhos de hoje. O sonho de uma utopia humana em que as tensões, originadas pelas aparentes contradições da própria natureza de ser do homem, encontrarão a superação definitiva numa grande síntese, que para o cristão encontra a sua realização no paraíso.

A ilustração colocou a Igreja Católica diante de gigantescos desafios específicos. O desmonte sistemático dos regimes de direito divino é complementado pelo ocaso dos regimes de padroado e pelos regimes de cristandade. Segue, como conseqüência inevitável, a separação do Estado e da Igreja, a laicização da vida civil, a secularização da vida cotidiana. As soluções para as questões do homem e do mundo são procuradas na razão e na ciência. A consagração pelo Estado do princípio de que todos e tudo, também as religiões, são iguais perante a lei, a liberdade de consciência, a liberdade de expressão, confinou a Igreja no seu campo de competência específico: questões de fé, de culto e disciplina religiosa. O estado laico evocou a si a educação dos cidadãos, a legitimação dos matrimônios, a administração dos cemitérios. Nas suas decisões ignora e hostiliza a Igreja. Em não poucos casos, o Estado se organiza e age aberta e declaradamente contra a Igreja, quando não a persegue. O anticlericalismo, o agnosticismo, o ateísmo marcam as elites dirigentes.

Em meio a uma atmosfera tão adversa, ao menos na aparência, a Igreja foi obrigada a repensar o seu lugar no cenário histórico mundial e, de alguma forma, assegurar o espaço que lhe é privativo. A saída que encontrou caracteriza-se por um retorno à concepção da mística eclesiástica da Idade Média e da ortodoxia doutrinária, litúrgica e disciplinar do Concílio

de Trento. A Igreja começa a pôr em marcha o projeto da “Restauração Católica”, como resposta à laicização e à secularização da sociedade civil e, também, como forma de garantir o seu espaço no cenário dos povos.

O desafio doutrinário posto pelas novas correntes de pensamento começou a ser enfrentado seriamente com o início do pontificado de Pio IX. Os debates sobre a questão sucederam-se, multiplicaram-se e estenderam-se a toda a Igreja durante as décadas de 1850 e 1860, culminando com a convocação do Concílio Vaticano I.

Durante as sessões do Concílio Vaticano I, os padres conciliares, sob a orientação de Pio IX, empenharam-se em afirmar e a reafirmar as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares, tomando como referência principal o Concílio de Trento. A Restauração Católica nada mais é do que a reforma da Igreja nas bases doutrinárias e disciplinares que as circunstâncias dos tempos impuseram e que, finalmente, foram formuladas nos documentos do Concílio.

A Restauração Católica fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi nesse contexto que foi entendido o conceito do Ultramontanismo ou Ultramontanos (ultra-montes = além das montanhas), referindo-se aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que defendiam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima e única aquele que tinha sua sede “ultra montes, além das montanhas, dos Alpes”, o papa em Roma.

O termo “Ultramontano” ou “Ultramontanismo” assumiu, no decorrer do tempo e das circunstâncias, vários significados. O sentido original parece ter sido meramente geográfico: “Ultra montes”; “além das montanhas”, referia-se a pessoas, povos, acontecimentos etc., localizados ou acontecidos do outro lado das montanhas, no caso específico, além dos Alpes.

Com a generalização das idéias dos iluministas, dos enciclopedistas, dos racionalistas etc. durante o século dezoito, ocorreu uma mudança substancial no sentido do conceito do “ultramontanismo”. A partir daí irá caracterizar-se pela animosidade contra Roma. Três vertentes eclesiásticas foram as principais responsáveis: o Febronianismo das igrejas nacionais e

episcopais, a eclesiologia estatal ilustrada do Jansenismo e o avanço do protestantismo. Desde então, “ultramontanos” são os que defendem a infalibilidade do papa e o primado jurisdicional de Roma, de acordo com os princípios de Gregório VII e Inocêncio III. O termo torna-se sinônimo de “curial”, “hierocrático”, “jesuítico”, “inimigo da ilustração”. O “ultramontanismo” defende a oposição entre o trono de Roma e o trono da Igreja.

Com a implantação do Projeto da Restauração Católica no início do século XIX, o conceito de “ultramontanismo” adquiriu novas conotações, como o retorno à ortodoxia do Concílio de Trento e do princípio de que toda a autoridade emana de Roma. Um dos visados principais foi o galicanismo na França, que pregava uma Igreja tutelada pelo Estado e com ele comprometida, e os nacionalismos que viam na Igreja uma força de ingerência na autonomia dos Estados, como aconteceu na Alemanha, principalmente durante o *Kulturkampf*, quando os jesuítas, acusados de agentes diretos a serviço de Roma, foram expulsos do país.

Os princípios defendidos pela Restauração Católica negavam qualquer tipo de ingerência do Estado laico nos assuntos da Igreja e, por sua vez, a Igreja devia manter-se afastada do Estado arreligioso, agnóstico ou ateu. A dinâmica da história, entretanto, não tardou em demonstrar que o poder civil e o poder religioso não podiam ignorar-se mutuamente ou simplesmente prescindir um do outro. Foi preciso encontrar uma fórmula aceitável de convivência. Esta fórmula certamente não consistia num passo para trás, retomando, ou restaurando o regime de cristandade. Os saudosistas do regime do passado somavam minoria e não havia as mínimas chances de êxito. A saída para o impasse situava-se em outro lugar: o Estado, a sociedade civil e suas autoridades, a Igreja, a sociedade religiosa e suas autoridades, tem obrigações para com os seus súditos. O Estado tem obrigação de garantir o bem, estar material do cidadão e à Igreja cabe zelar pelo bem-estar espiritual dos fiéis. Ora, uma avaliação antropológica elementar mostra que a história dos povos foi construída, em última análise, sobre o pressuposto de que o bem-estar material e o bem-estar espiritual se complementam. Não se conhece exemplo na história em que algum povo tenha prescindido inteiramente desta dupla realização humana. Os dois elementos são mutuamente complementares.

Este foi o quadro esboçado na Europa desde a primeira metade do século XIX e, também, o que se definiu no Brasil a partir da segunda meta-

de do século passado, para assumir a forma definitiva com a proclamação da República e a implantação do Estado laico.

Pretende-se mostrar, a seguir, como se deu a implantação da Restauração Católica no Brasil, principalmente nos estados do Sul e qual foi a fórmula encontrada para conviver em relativa harmonia com os governos positivistas da primeira República, em especial no Rio Grande do Sul, onde o positivismo exercia grande influência política.

A Restauração Católica no Sul do Brasil

Apesar de todos os movimentos contrários ao regime de cristandade, surgidos durante o século dezoito e dezenove, ele se manteve na sua essência, no Brasil, até o final do Império. A proclamação da República encerrou em definitivo o regime de cristandade, instalando no país um Estado laico, que consagrou a separação do Estado e da Igreja. A sociedade civil abdicou do seu componente de sacralidade, o poder civil rejeitou o papel de braço secular da Igreja, ao mesmo tempo em que declarou todos e quaisquer credos e confissões religiosas gozando de direitos e deveres iguais e, principalmente, se empenhou em mantê-las o mais longe possível dos negócios do estado laico. O trono e o altar, o Estado e a Igreja, divorciaram-se e cada qual fechou-se sobre seus negócios, não raro numa atitude de franca oposição e, em não poucos casos, de guerra declarada.

As primeiras evidências de que um projeto de renovação da Igreja estava em andamento no Rio Grande do Sul tornaram-se evidentes com a nomeação, em 1860, de D. Sebastião Dias Laranjeira, primeiro bispo desse Estado. O novo bispo formara-se em Roma e lá fora escolhido para bispo e sagrado por Pio IX. Imbuíra-se, durante a sua formação, no mais genuíno espírito ultramontano. Desde logo, orientou a sua preocupação pastoral e disciplinar em favor da implantação do projeto de Restauração Católica na Província do Rio Grande do Sul. Nesta tarefa foi obrigado a enfrentar uma série de dificuldades, oriundas, de um lado, da parte das autoridades públicas e, do outro, de dentro do próprio modelo de Igreja e do tipo de clero sob sua jurisdição. Teve que encontrar uma fórmula para superar a complicada convivência com os governantes provinciais de orientação positivista. Da

assembleia provincial partiram renovados protestos contra a linha de governo eclesiástico implantado pelo novo bispo. Frequentes foram os pedidos de informação dos deputados, com a evidente intenção de interferir nos negócios da Igreja, pretensão diametralmente oposta às convicções e aos propósitos ultramontanos de D. Sebastião. D. Sebastião que tomou uma posição firme a favor dos bispos de Olinda e do Maranhão, presos durante o episódio da “questão religiosa”.

A Igreja que D. Sebastião encontrou na Província do Rio Grande do Sul oferecia-lhe problemas, talvez ainda, mais complicados e mais difíceis de resolver do que aqueles oriundos da convivência com as autoridades provinciais. O atendimento pastoral dos fiéis estava a cargo de um tipo de clero impregnado de um espírito laico incompatível com a proposta ultramontana da Restauração Católica. Muitos curas e muitos padres estavam filiados à maçonaria. Orientavam a sua “ação pastoral”, se é que se pode chamá-la assim, em sintonia com as ordens, ou pior ainda, ao sabor das veleidades dos chefes políticos locais, dos detentores do poder econômico etc. O que importava eram festas ruidosas nas quais explodia uma manifestação religiosa eivada de comportamentos profanos, ao ponto de mascarar qualquer sinal de religiosidade autêntica. A conduta particular dos membros do clero não sugeria em nada o perfil do sacerdote traçado pelas normas da Igreja. Era comum a não observância do celibato, fato tranqüilamente aceito como algo normal pela maioria das freguesias. A vida sacramental fora relegada a um lugar totalmente secundário.

Foi em meio a esse quadro que D. Sebastião Dias Laranjeira começou a obra da implantação do projeto de Restauração Católica na Província do Rio Grande do Sul.

Em 1890, tomou posse da diocese de Porto Alegre o sucessor de D. Sebastião, o lazarista vindo de Minas Gerais e formado também em Roma, D. Cláudio José Ponce de Leão. Este continuou, intensificou e ampliou a obra da Restauração Católica iniciada por seu predecessor. Sob seu governo, o projeto irá apresentar resultados muito importantes e amadurecer frutos que em muito compensaram os esforços empenhados. Na tarefa de restaurar a doutrina católica e implantar a disciplina no meio do clero e nas próprias comunidades dos fiéis, contribuíram decisivamente vários fatores. Lúcio Kreutz assim enumera uma série deles na sua obra *O professor paroquial – magistério e imigração alemã*.

Vários fatores concorreram para que a reação desencadeada pela Igreja Católica na Província, a partir de 1860, tomasse as reais proporções que adquiriu. Tiveram peso especial fatores como:

- a) a presença de imigrantes alemães, italianos e poloneses, o que motivou as ordens religiosas dos respectivos países a assistirem seus emigrados;
- b) concomitantemente, os problemas entre a Igreja e o Estado na Alemanha, Itália e França (*Kulturkampf*, perda dos Estados Pontifícios etc.), o que levou muitas congregações a procurarem outros países com maior garantia e melhores condições de trabalho. Em conseqüência, e a pedido do bispo local, inúmeras congregações européias começaram a trabalhar na Província;
- c) a expulsão dos jesuítas da Alemanha pela questão do *Kulturkampf* com Bismarck e a transferência de um número elevado dos mesmos para o Sul do Brasil, tiveram um peso especial; vieram religiosos dos mais preparados e o bispo confiou-lhes o Projeto Católico junto à colonização teuta-católica no estado, onde demonstraram destacada atuação, como veremos a seguir;

Sem o concurso desses fatores permitindo e, mesmo, provocando a liberação de consideráveis contingentes de clero e religiosos (as) europeus para o Rio Grande do Sul, não teria sido possível a realização do Projeto Católico tão intenso nas zonas de colonização alemã. “A vinda de novos contingentes de missionários de além-mar, principalmente depois de 1872, em conseqüência do *Kulturkampf*, permitiu a iniciativa de novas organizações, sendo que então os católicos puderam encontrar ao menos um padre na matriz ou canônica, enquanto um coadjutor atendia às comunidades distantes.”

De 1870 a 1904 chegaram ao Rio Grande do Sul, respectivamente, as seguintes ordens e congregações européias:

- jesuítas: em 1849, vieram dois; em 1858, mais dois. O afluxo maior veio a partir de 1872. Até 1885 já havia 78 jesuítas com

13 residências e, em 1900, já somavam 100 padres. Posteriormente, o afluxo dos mesmos continuou intenso.

- franciscanas da caridade: em 1872;
- palotinos alemães: em 1882;
- capuchinhos franceses: em 1896;
- irmãs de São José de Moutiers: em 1898;
- maristas franceses: em 1900;
- irmãs de Santa Catarina: em 1900;
- lassalistas franceses: em 1904;
- irmãs do Imaculado Coração de Maria: (?);
- salesianos italianos: em 1901;
- padres diocesanos, mais de uma centena, de 1890-1904” (KREUTZ, 1991, p. 63-64).

Com o afluxo contínuo de imigrantes alemães, italianos e outros e, com os reforços constantes que as ordens e congregações recebiam, estava posta a base logística para o Projeto da Restauração Católica. Todo esse contingente humano: imigrantes saídos de uma Igreja restaurada na Europa, religiosos e clero inteiramente comprometidos com o projeto de Igreja definido no Concílio de Trento, reafirmado pelo Concílio Vaticano I e divulgado pelos documentos pontifícios de Pio IX, Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e no início do pontificado de Pio XII, sempre sob a autoridade incontestada do Sumo Pontífice, formava a base sólida para que o projeto alcançasse o êxito esperado.

A questão que se coloca, a essa altura, refere-se aos meios e às estratégias adotadas para fazer vingar o Projeto Católico da Restauração. Lúcio Kreutz destaca, na obra já citada, três instrumentos básicos: o associativismo, a imprensa, a escola e o professor paroquial. Vale a pena aprofundar um pouco essa questão e acrescentar alguns fatores a mais.

A base do Projeto da Restauração Católica teve como um de seus pilares-mestre uma cuidadosa organização paroquial e comunitária. Várias comunidades menores, situadas em áreas contíguas e polarizadas por uma comunidade maior, formavam uma paróquia. Próximo à matriz e próximo às diversas capelas encontrava-se, invariavelmente, uma escola. Em muitos casos, no início, capela e escola funcionavam no mesmo prédio, originando o que se convencionou chamar uma “escola-capela”. Uma associação com sua diretoria cuidava da igreja. Como tarefa cabia-lhe a construção e a

manutenção do templo, além da casa paroquial, o sustento do pároco e de seus auxiliares, o bom andamento das missas e demais atos litúrgicos, a organização das festas, a administração dos cemitérios etc. Embora o pároco não integrasse à diretoria, sua autoridade sobre ela era evidente, pela posição que ocupava como representante da autoridade eclesiástica. Nestas circunstâncias, ninguém ousava disputar qualquer tipo de liderança ou de autoridade com o pároco, mesmo em questões de administração temporal. Seus desejos e, principalmente, suas determinações assumiam o caráter de ordens que encontravam, infalivelmente, eco favorável na diretoria da paróquia e das capelas e estas, por sua vez, se encarregavam de fazê-las respeitadas pela comunidade toda.

Frente a uma organização tão coesa e tão comprometida com o pároco, com a igreja e tudo que representavam e, ainda, o fato de todas as comunidades ostentarem o mesmo perfil organizacional, fica fácil entender que o Projeto da Restauração Católica emanado de Roma e implantado via bispo, pároco e diretoria das comunidades – nas paróquias e nas capelas – produziu, sem tardar, seus efeitos. A vida sacramental tornou-se a base da ação pastoral. O padre, no caso, era de fato um verdadeiro sacerdote cujo único objetivo consistia em que os fiéis vivessem de acordo com os mandamentos e os ditames emanados de Roma e das sés episcopais.

Além da base paroquial, alicerçada numa organização sólida e eficiente, várias outras formas de associações setoriais e mutuamente complementares tornaram-se comuns e praticamente obrigatórias. Entre as mais populares aparecem:

Primeiro: as associações de crianças reunidas em torno da devoção ao Menino Jesus (*Kindheit Jesu Verein*). Nelas, as crianças, desde muito cedo, eram introduzidas numa profunda devoção a Jesus, a qual perduraria durante a vida toda, nas mais diversas formas de devoção que como adultos praticariam;

Segundo: a devoção ao Coração de Jesus, muito popular principalmente entre as senhoras casadas e viúvas. Seria difícil encontrar uma casa em que não se venerasse uma imagem do Coração de Jesus, ao lado de outra do Coração de Maria. Essa devoção atingia o seu ponto alto no mês de junho, mês dedicado ao Coração de Jesus, culminando com uma na última sexta-feira daquele mês. Todas as primeiras sextas-feiras do mês, durante o ano todo, eram

também consagradas ao Sagrado Coração e era convicção generalizada que alguém que tivesse assistido missa uma vez e comungado durante nove sextas-feiras seguidas teria a salvação da alma garantida;

Terceiro: o apostolado da oração. Representou mais uma forma de devoção muito difundida entre senhoras. As associações que se formavam com o objetivo de fazer da oração um meio eficaz de apostolado costumavam ter uma vida religiosa muito ativa. Distinguiam-se em qualquer paróquia pelas fitas vermelhas que portavam e pela intensa vida sacramental, com objetivos missionários evidentes;

Quarto: as Congregações Marianas fomentaram a vida religiosa e sacramental dos jovens e dos homens de todas as classes sociais e de todos os níveis de formação. Também essas organizações exibiam uma evidente preocupação pela formação, pelo cultivo da vida cristã por meio da vida sacramental de seus associados, além de um marcante espírito apologético e missionário. As Congregações Marianas caracterizavam, em primeiro lugar, as paróquias e os colégios dos jesuítas. Nas ocasiões de manifestações públicas de fé, como nas procissões de *Corpus Christi*, congressos eucarísticos e outros, os congregados marianos davam bem a idéia de um catolicismo militante, símbolo da igreja militante e tão ao gosto dos jesuítas. Ostentando suas fitas azuis e, portando suas bandeiras, os congregados de colegiais, de universitários, de formados, de operários, de colonos etc. desfilavam como se fossem batalhões ou regimentos adestrados para a luta, manifestando publicamente e sem respeito humano as suas convicções, enquanto cantavam o hino oficial das Congregações Marianas, o que aliás nos dá bem uma idéia do espírito que animava essas associações: “Do Prata ao Amazonas, do mar às cordilheiras, cerremos as fileiras, soldados do Senhor...” Durante os anos de 1930, surgiu entre as Congregações Marianas de colegiais, de universitários e formados, com sede no Colégio Anchieta e sob a orientação do Pe. Werner von und zur Mühlen, um importante núcleo de reflexão filosófica e teológica. O resultado foi o surgimento de um grupo de intelectu-

ais católicos que marcaram presença visível na vida de Porto Alegre, em geral, e de modo especial conquistaram número considerável de cátedras na, então, Universidade do Rio Grande do Sul e um grande respeito pelo catolicismo em geral;

Quinto: a contrapartida feminina para as Congregações Marianas foram as associações das Filhas de Maria. Não havia paróquia em que esse tipo de associação não reunisse adolescentes e moças em torno da devoção à Nossa Senhora. O ponto alto nessas agremiações também era a intensa motivação para a vida sacramental e o cultivo das virtudes cristãs;

Um objetivo comum tanto das Congregações Marianas como das Filhas de Maria consistia em preparar para as futuras gerações pais e mães virtuosos e inteiramente afinados com a igreja. Ao mesmo tempo, deveriam servir de fermento na sociedade civil, colocando a fidelidade à Igreja, a obediência ao papa, aos bispos e aos párocos como ideal supremo. Em suas reuniões, em seus congressos ou nas participações em atos públicos de fé costumavam cantar: *Papam protege, hostes reprime, stet Petri Cathedra, salutis regula;*

Sexto: enquanto as Congregações Marianas e as Associações das Filhas de Maria se constituíram nas organizações prediletas dos jesuítas, os bispos e os padres diocesanos valeram-se de preferência da Ação Católica, como instrumento de formação e de ação. Como as Congregações Marianas, também a Ação Católica adaptou-se às condições socioculturais dos católicos, visando em primeiro lugar a juventude. No cenário católico dos anos 30, 40 e 50 destacaram-se a JOC: juventude operária católica, a JAC: juventude agrária católica, a JEC: juventude estudantil católica, a JUC: juventude universitária católica.

As duas organizações, a Congregação Mariana para universitários e formados e a Juventude Universitária Católica, por exemplo, mudaram o clima laico e, em grande parte, anticlerical da Universidade do Rio Grande do Sul.

O Projeto da Restauração Católica contou, ainda, com um fator poderoso: a educação nas escolas comunitárias e nos colégios secundários.

O currículo das escolas de comunidade propunha um tipo de educação em que a criança aprendia a ser um membro útil. E na concepção da época e no contexto da Restauração, ser um membro útil significava saber ler e escrever, interiorizar costumes e valores da tradição dos antepassados, preservar a língua e, antes de mais nada, aprender o catecismo, conhecer a história bíblica, amar a Igreja, respeitar as autoridades eclesásticas e viver escrupulosamente, conforme os mandamentos de Deus e da Igreja. Orientar a vida em sintonia com os preceitos disciplinares prescritos por Roma e, finalmente, levar uma vida sacramental intensa e permanente.

Para que a escola e a educação atingissem essa meta, elas estavam entregues a um tipo de professor, que, encarnava ele próprio o paradigma do católico da Restauração. As comunidades entregavam a regência de suas escolas somente nas mãos de homens dos quais tinham a garantia de que cumpririam a missão de serem fiéis transmissores da doutrina e dos ensinamentos da Igreja. Dessa forma, coube à escola e à educação uma parte fundamental na concretização do Projeto da Restauração. Tanto assim que os rituais, como a comunhão solene, que franqueava aos meninos e às meninas o acesso pleno na participação religiosa e comunitária, dava-se ao término e como coroação do período escolar de quatro anos. A conclusão de uma etapa na vida escolar que hoje é apenas um acontecimento profano, no contexto da Restauração revestia-se de uma motivação e de um clima de sacralidade com o recebimento solene do sacramento da eucaristia.

A tarefa dos colégios de nível médio era o mesmo. Havia, entretanto, um aspecto peculiar nesses estabelecimentos. Situados sempre em cidades de médio e grande porte, atendiam a uma clientela de alunos das classes média e alta, pertencentes às várias etnias representadas pela população. Os egressos não procediam, como nas escolas comunitárias da região colonial, de uma única procedência étnica. Eram lusos, alemães, italianos, poloneses etc., que mais tarde iriam formar a classe média como profissionais liberais, como comerciantes, como militares, como funcionários públicos, como integrantes das elites governamentais, como políticos, como juízes, como diplomatas etc. Para o projeto da Restauração Católica era fundamental que as camadas dirigentes do futuro pautassem sua vida particular e suas funções na sociedade de acordo com os princípios da Igre-

ja hierárquica, levando a sério a vida sacramental e pautando suas ações conforme a moral e a disciplina do catolicismo renovado.

Parece que, neste particular, os colégios de fato prestaram um relevante serviço à causa da Restauração Católica. Deles saíram em grande parte as lideranças católicas que atuaram como agentes de transformação e, assim, foram responsáveis pela influência que o catolicismo exerceu na vida civil urbana e na vida pública do estado e em âmbito nacional. Nessa tarefa contribuíram novamente as Congregações Marianas existentes entre os alunos desses colégios e, de uma maneira toda especial, os retiros espirituais, a insistência em freqüentar os sacramentos, além de uma série de atividades regulares de cunho religioso que faziam parte da rotina diária, como o hábito de rezar antes e depois das aulas, as aulas de religião etc.

O conjunto de estratégias implantadas e sistematicamente conduzidas pelo clero em meio às comunidades, principalmente rurais, foram determinantes para o êxito do Projeto da Restauração Católica. A constante motivação religiosa somada a uma vida sacramental intensa fez com que se multiplicassem as vocações ao sacerdócio e à vida religiosa em geral. Dessa maneira, as paróquias novas que se fundavam no mesmo ritmo do avanço da colonização, foram sendo ocupadas por padres vindos da Europa e a nova geração do clero nativo inteiramente afinado com o Projeto da Restauração Católica. Em poucas décadas desapareceu o clero, comprometido com as situações políticas e econômicas locais, a serviço de uma concepção de igreja e de catolicismo em que Roma e os bispos pouca ou nenhuma influência exerciam. O clero dedicado ao culto sem consistência doutrinária e levando uma vida divorciada dos costumes disciplinares e do decoro clerical. No seu lugar entra um clero regular e diocesano munido de uma formação teológica sólida, educado severamente, de acordo com as diretrizes disciplinares ditadas pelo papa, pelas congregações da cúria romana e pelos bispos locais.

Ao lado da nova geração do clero multiplicaram-se, com notável rapidez, as vocações religiosas masculinas e femininas, clericais ou não, como jesuítas, palotinos, salesianos, franciscanos, redentoristas, lassalistas, maristas, irmãs franciscanas, irmãs de São José, do Imaculado Coração de Maria, de Santa Catarina e muitas outras. Seus destinos foram as paróquias e capelanias e, muito especialmente, as escolas e os colégios. A atuação preferencial das congregações femininas foram as escolas primárias, se-

cundárias e a assistência aos doentes em dezenas de hospitais. Durante a primeira metade deste século, raros foram os hospitais que não estavam sob a responsabilidade de alguma das congregações religiosas femininas presentes no Estado. As religiosas mantinham, além de escolas, colégios e hospitais, um número considerável de sanatórios, asilos, orfanatos, creches e escolas de artes domésticas. É fácil de se imaginar o que este verdadeiro exército de sacerdotes diocesanos e regulares, de religiosos e religiosas significaram para o Projeto da Restauração Católica.

O Projeto não se descuidou do operariado urbano emergente. Tomando como referencial a Doutrina Social da Igreja, consolidada na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, somadas às experiências e o modelo social proposto pelo Cardeal Ketteler e, postas em prática, por exemplo, pelas “Associações Kolping”, o padre jesuíta Leopoldo Brentano fundou em Pelotas os “Círculos Operários”. A nova agremiação teve uma ampla aceitação e, em pouco tempo, se espalhou pelo Estado inteiro e, mais tarde, pelo país inteiro.

As lideranças do Projeto da Restauração Católica perceberam, desde muito cedo, que era preciso encontrar uma fórmula que permitisse que ele não fosse comprometido por iniciativas isoladas e sem coesão entre si. Foram várias as tentativas. As circunstâncias totalmente novas criadas pelo advento da República, levaram à fundação de um partido político católico, inspirado no “Partido Católico do Centro” a *Zentrumspartei* da Alemanha, que sendo de orientação nitidamente ultramontana, exerceu uma aguerrida oposição a Bismarck e ao seu projeto político-cultural conhecido como *Kulturkampf*. Esse partido recebeu também, no Brasil, o nome de “Partido Católico do Centro”. Foi fundado, no início da década de 1870, por um grupo de católicos em Porto Alegre e revigorado em 1890. Participou com candidatos próprios em duas eleições para representantes da constituinte federal e estadual. Os resultados deixaram claro que não era por aí que os católicos garantiriam o seu espaço, nem no âmbito estadual e muito menos no federal, pois não conseguiram eleger nenhum representante. Os eleitos foram o fruto de uma coligação com o partido de Júlio de Castilhos, de orientação positivista, fato que descaracterizou a própria natureza do “Partido Católico do Centro”.

Entretanto, encontrou-se uma outra forma capaz de arremessar os católicos em torno do seu Projeto de Restauração: os congressos católicos ou as assembléias gerais de católicos, *Katholikentage* ou

Katholikenversammlungen, como ficariam conhecidos. O primeiro deles teve lugar em 1898, em Harmonia, no interior do Rio Grande do Sul. Esses eventos tiveram seqüência regular a cada ano ou a cada dois anos, até 1940. Serviam de fórum em que os católicos analisavam sua situação econômica, social, política, educacional e, principalmente, religiosa. Procuravam identificar os problemas, discutiam soluções, propunham meios e estratégias. Já na assembléia de 1898, nasceu a Associação dos Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul. Esta foi encarregada de coordenar o projeto educacional das escolas comunitárias. Na assembléia de 1899 foi fundada a Associação Riograndense de Agricultores sob a inspiração do jesuíta suíço Theodor Amstad e várias lideranças leigas. Tratava-se, na verdade, de um amplo e abrangente projeto de promoção humana, nitidamente alinhado com a proposta da Restauração Católica em pleno andamento. A Associação Riograndense de Agricultores propunha-se a coordenar, vigiar e administrar o sistema escolar e a proposta educacional, posta em prática nas comunidades rurais católicas; conduzir toda uma política de ocupação de novas fronteiras de colonização; organizar a atividade econômica em bases de cooperação e solidariedade comunitária, incentivando as cooperativas de crédito, de produção, de comercialização e de consumo; desenvolver mecanismos de assistência e seguridade social; e, sobretudo, zelar pela pureza da doutrina religiosa ditada pelas autoridades eclesiásticas. O notável nessa organização foi que seu comando foi confiado às lideranças leigas, dentre as quais eram eleitas as diretorias central, municipal e local. Os vigários e demais religiosos engajados no projeto não participavam nem na condição de assistentes eclesiásticos. Sua influência, sem dúvida, decisiva, emanava do fato de que a investidura que haviam recebido fazia com que sua influência se efetivasse, não a nível administrativo, mas no plano do propósito maior da catolicidade romana.

Em 1912, a Sociedade União Popular tomou o lugar da Associação Riograndense de Agricultores. Estritamente confessional, engajou-se ainda com mais empenho no projeto da Restauração Católica. Como tal, o foco de seus interesses e o objeto de suas preocupações foram os mesmos da Associação Riograndense de Agricultores que a precederam e inspiraram a sua criação. Nos congressos católicos, convocados de dois em dois anos pela Sociedade União Popular, aprofundaram-se e ampliaram-se em muito as questões de interesse básico, como escola, educação, econo-

mia, organização comunitária, solidarismo, projetos de novas fronteiras de colonização, assistência social, saúde, velhice e, sobretudo, a organização paroquial, a prática da religião, a vida sacramental, o respeito, a obediência irrestrita às orientações da Igreja e a observância rigorosa da disciplina católica.

Os resultados do empenho das duas grandes organizações: a Associação Riograndense de Agricultores e a Sociedade União Popular tornaram-se cada vez mais visíveis no decorrer das décadas de 1920 e 1930. Ao começar a segunda guerra mundial, o Projeto da Restauração Católica alcançara o seu ponto mais alto, isto é, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina predominava um catolicismo e uma catolicidade calcada nos princípios teológicos, nos dogmas, na moral e na disciplina, nos menores detalhes afinados com Roma. A tal ponto isso é verdade que poder-se-ia falar não em Igreja ultramontana mas em Igreja “ultra mare”, “ultra oceânica”.

O Projeto da Restauração Católica no Rio Grande do Sul contou com outro fator de fundamental importância: a imprensa católica. Na presente exposição não é possível falar sobre toda a imprensa católica do Estado, muito menos entrar em detalhes. Por isso, a análise ficará limitada às três publicações mais importantes.

Em 1871, os padres jesuítas fundaram em São Leopoldo o jornal *Deutsches Volksblatt*. Foi produzido e publicado em São Leopoldo até o início da década de 1890. Daí para frente, passou às mãos do jornalista católico Hugo Metzler, em Porto Alegre. Com a morte de Hugo Metzler em 1929, o jornal passou às mãos de seu filho Franz Metzler, que o editou até o seu fechamento em 1939, durante a campanha de nacionalização. Em suas edições passou a ser o veículo de formação e informação constante mais importante nos, quase, sessenta anos em que foi editado. Inteiramente engajado no Projeto da Restauração Católica, registrou em suas páginas tudo que pudesse interessar ao mundo católico teuto. De outro lado, oferecia matérias de fundo, principalmente no suplemento dominical *Sonntagstimmen*, visando a formação humana e religiosa de seus leitores. O *Deutsches Volksblatt* representa uma fonte indispensável para quem quiser entender o Projeto da Restauração Católica.

Entre 1900 e 1939 circulou a *Lehrerzeitung*, uma publicação mensal, destinada aos professores das comunidades. Sua linha editorial manteve-se também fiel ao Projeto da Restauração, tendo como alvo a forma-

ção, a informação e a orientação dos professores da rede comunitária. É difícil avaliar a importância desse jornalzinho de apenas dezesseis páginas, pois destinava-se ao professor paroquial, a quem como responsável pela educação cabia introduzir as gerações emergentes no espírito da Restauração. Pelo fato de em suas mãos se concentrar a responsabilidade de alfabetizar, de catequizar e principalmente de formar e educar as crianças afinadas com a visão religiosa das comunidades, além disso, ser o braço direito e muitas vezes o substituto dos párocos, de nas comunidades o professor exercer a função de líder, de conselheiro, de modelo de virtudes, transformaram-no em referencial de como deveria ser e como deveria agir o cristão da Igreja da Restauração.

Um jornalzinho menos conhecido e de duração mais curta foi o *Bauernfreund*, que começou a circular em 1900 e encerrou suas aparições em 1914. Como os anteriores, foi um veículo de formação e informação a serviço, por sua vez, da Associação Riograndense de Agricultores. Em suas páginas ficaram registrados os objetivos, os projetos, as preocupações e as realizações dessa importante organização.

Em 1912 foi criada, como já foi visto mais acima, a Sociedade União Popular. No mesmo ano começou a circular o *Skt. Paulus Blatt*. Nas suas edições mensais, a revista assumiu o papel de porta-voz mais importante da Sociedade União Popular e de seu papel no Projeto da Restauração Católica. As matérias nela publicadas podem ser novamente classificadas como de formação e informação. Sua linha editorial demonstra claramente a que veio desde o primeiro número até o último publicado em setembro de 1939, isto é, a defesa intransigente do catolicismo teuto. O *Skt. Paulus Blatt* teve a sua circulação retomada em 1948 e, até a década de 1960, continuou a serviço do Projeto da Restauração Católica. É publicado ainda hoje como um dos raros periódicos em língua alemã no Brasil, mas como é compreensível, seguindo uma linha editorial ajustada às circunstâncias do mundo e da Igreja de hoje.

No mesmo ano de 1912 entrou em circulação o almanaque anual *Der Familienfreund* (O Amigo da Família). Completava a tarefa do *Deutsches Volksblatt* e do *Skt. Paulus Blatt* com suas edições anuais, informando sobre os acontecimentos mais diversos, sempre numa perspectiva católica e publicando matérias destinadas à formação do homem, da mulher, da juventude e da infância, em sintonia com os propósitos da Igreja

da Restauração. Além das publicações regulares, circularam inúmeras outras avulsas ou não, na sua imensa maioria perseguindo o mesmo objetivo: a Restauração Católica.

O último elemento, e talvez o mais importante de todos aqueles que contribuíram para o êxito do Projeto da Restauração Católica, foi a formação do clero, tanto secular como regular. Nessa tarefa coube aos padres jesuítas uma responsabilidade toda especial. Ao assumir a arquidiocese de Porto Alegre, em 1912, D. João Becker entregou a eles a formação do seu clero. No ano seguinte, o seminário diocesano foi ocupar os prédios do antigo Colégio Conceição em São Leopoldo, chamando-se daí para frente de Seminário Central de São Leopoldo. O seminário menor funcionou, também aí, até o final da década de 1930. Transferido para novos prédios e instalações em Gravataí, continuou contudo sendo dirigido pelos padres jesuítas. O seminário maior, filosofia e teologia, continuou em São Leopoldo. A ele afluíam, além dos seminaristas da arquidiocese, também os das demais dioceses do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de outros estados. Algumas congregações religiosas mandavam seus futuros sacerdotes também para o Seminário Central. O Seminário maior permaneceu em São Leopoldo até 1956, quando foi transferido para Viamão e entregue ao clero diocesano.

Nos quarenta e três anos em que ditaram a orientação para a formação do clero, os jesuítas destinaram sempre os seus melhores quadros em filosofia, teologia, ascética, moral, direito canônico para a formação dos seminaristas. E o resultado não podia ser outro: um clero inteiramente alinhado com o Projeto da Restauração Católica. De suas fileiras saíram dezenas de párocos e seus auxiliares que, em poucos anos, ocuparam todas as paróquias do Rio Grande do Sul e parte das de Santa Catarina. Praticamente uma geração inteira de bispos do Estado haviam sido alunos do Seminário Central. Em seus bancos sentaram uma dezena de bispos de dioceses de outros estados como Ponta Grossa, Joinville, Botucatu e, especialmente, a arquidiocese do Rio de Janeiro na pessoa de D. Jaime de Barros Câmara.

Não se podem esquecer outros seminários menores como o de Santa Maria e de Cerro Largo, que estiveram também sob a responsabilidade dos jesuítas.

A dinâmica da formação do clero diocesano foi acompanhada no mesmo ritmo e com a mesma seriedade e empenho, pela formação do clero

regular em dezenas de instituições mantidas pelas respectivas ordens e congregações clericais, como franciscanos, capuchinhos, jesuítas, redentoristas, palotinos, salesianos etc.

É preciso lembrar, também, as congregações não clericais, como os maristas e os lassalistas e as muitas congregações de religiosas como eficientes laboratórios em que se formavam, testavam e habilitavam os futuros agentes responsáveis pela edificação da Igreja Restaurada no Sul do Brasil.

Conclusões

Uma conclusão geral que se pode tirar, considerando o imenso conjunto de meios postos em prática pelas lideranças católicas e pelo povo em geral, para atingir o seu objetivo de devolver à Igreja a autonomia de ação em relação ao Estado, a pureza da doutrina, a observância da disciplina religiosa e da vida sacramental, foi mais do que um Projeto de Restauração Católica, foi na verdade um gigantesco Programa de Restauração Católica. Para garantir-lhe o êxito uma série de projetos setoriais foram desenvolvidos, todos eles batalhando pelo mesmo objetivo que foi o de renovar a Igreja do Sul do Brasil e alinhá-la com o Projeto de Restauração desencadeado por Pio IX, em meados do século dezenove, reafirmado pelo Concílio Vaticano I e imposto pelos documentos pontifícios de Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII.

Como segunda conclusão, pode-se afirmar que os esforços empenhados pelas autoridades eclesiásticas, pelo clero, pelos religiosos e pelo povo católico em geral, foram amplamente recompensados. Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, a Restauração Católica havia triunfado em quase tudo o que se propusera. Roma e o Papa significavam a última instância em termos de doutrina e disciplina eclesiástica, o clero secularizado a serviço de interesses profanos e levando uma vida pouco recomendável, fora substituído por um clero teologicamente bem formado e disciplinarmente comprometido, uma prática religiosa voltada insistentemente para a participação nos sacramentos, uma religiosidade calcada nas verdades da fé e não em rituais sem consistência doutrinária, folclóricos e até francamente profanos.

Enfim, uma nova Igreja tomara o lugar da velha Igreja do padroado. Uma Igreja que ocupava o seu lugar de destaque na sociedade do Sul do Brasil, respeitando o Estado, mas não lhe devendo favores, muito menos fazendo concessões, livre e autônoma, fiel aos princípios doutrinários emanados de Roma, uma Igreja disciplinada fazendo jus ao adjetivo de militante, uma Igreja que considerava este mundo como uma passagem, um período de prova, uma Igreja que levaria finalmente os fiéis a um destino definitivo no outro mundo, a Igreja triunfante.

Referências

AZZI, R. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico no Brasil IV).

ISAIA, A. *O cajado do poder*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) - USP.

KREUTZ, L. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 1991.

LUTTERBECK, J. *Jesuítas no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 1977. (Publicações avulsas, n. 3).